

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – AUDITORIA DO DESEMPENHO DO RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Procedimentos	Informações requeridas	Fontes de informação
1	Há informações disponíveis referentes aos demonstrativos previdenciários enviados ao CADPREV?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL
1.1	Há informações disponíveis nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) sobre os valores de contribuições previdenciárias e dos parcelamentos para o bimestre?	a) Falta de envio do DIPR do bimestre b) Informações insuficientes.	a) Obter o DIPR enviado pelo ente no bimestre no CADPREV b) Caso não esteja disponível, solicitar à unidade gestora do RPPS que insira as informações do DIPR do bimestre faltante no CADPREV. c) Verificar se os os relatórios indicam irregularidades. d) Verificar se constam informações mínimas sobre valores de contribuições previdenciárias e dos parcelamentos	a) DIPR do bimestre b) Relatório de Irregularidades do DIPR do bimestre	a) Ministério da Previdência - CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS
1.2	Há informações disponíveis nos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) sobre os investimentos realizados, com segmento, tipo de ativo e valor?	a) Falta de envio do DAIR do mês b) Informações insuficientes.	a) Obter o DAIR enviado pelo ente nos meses do bimestre no CADPREV. b) Caso não esteja disponível, solicitar à unidade gestora do RPPS que insira as informações do DAIR do mês faltante no CADPREV. c) Verificar se constam informações mínimas sobre investimentos realizados, com segmento, tipo de ativo e valor	a) DAIR do mês	a) Ministério da Previdência - CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS
1.3	Há informações disponíveis no Demonstrativo da Política de Investimento (DPIN), conforme art. 4º da Lei nº 3.922/2010?	a) Falta de envio do DPIN b) Informações insuficientes.	a) Obter o DPIN enviado pelo ente no exercício no CADPREV. b) Caso não esteja disponível, solicitar à unidade gestora do RPPS que insira as informações do DPIN faltante no CADPREV. c) Verificar se constam informações mínimas, conforme art. 4º da Lei nº 3.922/2010.	a) DPIN do exercício	a) Ministério da Previdência - CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS
1.4	Há informações disponíveis no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)?	a) Falta de envio do DRAA b) Informações insuficientes.	a) Obter o DRAA enviado pelo ente no exercício no CADPREV. b) Caso não esteja disponível, solicitar à unidade gestora do RPPS que insira as informações do DRAA do exercício faltante no CADPREV. c) Verificar se constam informações mínimas sobre plano de custeio, plano de amortização, segregação de massas, provisão matemática e valor previsto por benefício	a) DRAA do exercício	a) Ministério da Previdência - CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – AUDITORIA DO DESEMPENHO DO RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Procedimentos	Informações requeridas	Fontes de informação
2	Está sendo observado o caráter contributivo do RPPS e a sua respectiva contabilização?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL
2.1	As alíquotas de contribuição dos segurados e ente federativo obedecem aos critérios legais?	a) As alíquotas previdenciárias não constam na legislação do ente. b) As alíquotas previdenciárias não obedecem aos limites legais.	a) Solicitar por meio de notificação a Lei Municipal que instituiu o RPPS e alterações b) Comparar as alíquotas disciplinadas na Lei Municipal com aquelas disciplinadas na Lei nº 9.717/98	a) alíquota de contribuição dos segurados ativos b) alíquota de contribuição dos inativos e pensionistas c) alíquota de contribuição do ente federativo d) limites legais das alíquotas e) Lei Municipal que instituiu o RPPS e alterações	a) Lei Municipal que instituiu o RPPS e alterações b) Lei 9.717/98 (art. 2º e 3º)
2.2	Está havendo repasse mensal e integral dos valores das contribuições patronais à unidade gestora do RPPS?	a) Não está havendo repasse das contribuições patronais à unidade gestora do RPPS b) Está havendo repasse parcial das contribuições patronais ao RPPS	a) Verificar no DIPR: a.1) a base de cálculo do ente do mês de competência a.2) se há relatórios de irregularidades registrados nos sistema CadPrev a.3) se os dados informados indicam falta de repasse dos valores de contribuições b) Verificar na legislação municipal a alíquota normal aplicada às contribuições patronais c) Por meio de notificação, solicitar a lei que deu origem ao plano de amortização, se houver d) Aplicar sobre a base de cálculo a soma das alíquotas (normal e suplementar) e) Caso seja verificado que o valor devido não foi recolhido, solicitar esclarecimentos e questionar o gestor quanto à aplicação de juros e multa.	a) base cálculo do ente b) percentual de juros e multa aplicado em caso de atraso c) alíquota normal ente d) alíquota suplementar, se houver	a) DIPR b) Lei RGPS (em caso de omissão juros e multa) c) Lei Municipal que instituiu o RPPS e alterações d) Lei do Plano de Amortização, se houver

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Procedimentos	Informações requeridas	Fontes de informação
2.3	Está havendo repasse mensal e integral dos valores das contribuições retidas dos segurados à unidade gestora do RPPS?	a) Não está havendo repasse das contribuições dos segurados à unidade gestora do RPPS b) Está havendo repasse parcial das contribuições dos segurados ao RPPS	a) Verificar no DIPR: a.1) a base de cálculo do segurado do mês de competência a.2) se há relatórios de irregularidades registrados nos sistema CadPrev a.3) se os dados informados indicam falta de repasse dos valores de contribuições b) Verificar na legislação municipal a alíquota aplicada às contribuições dos segurados c) Aplicar sobre a base de cálculo a alíquota do segurado d) Caso seja verificado que o valor devido não foi recolhido, solicitar esclarecimentos e questionar o gestor quanto à aplicação de juros e multa.	a) base cálculo do segurado b) percentual de juros e multa aplicado em caso de atraso c) alíquota do segurado	a) DIPR b) Lei RGPS (em caso de omissão juros e multa) c) Lei Municipal que instituiu o RPPS e alterações
2.4	Está havendo repasse dos acordos de parcelamento/reparcelamento devidos ao RPPS?	a) Não está havendo repasses dos parcelamentos/reparcelamentos devidos aos RPPS.	a) Notificar o gestor do RPPS para que envie: a.1) Lista com todos os parcelamentos e reparcelamentos vigente; a.2) Planilha com modelo pré-determinado pelo TCM, na qual conste a identificação do nº do termo, do nº da parcela, do mês de competência, da data do vencimento, da data do pagamento, do valor do parcelamento, do valor dos juros e do total pago de cada um deles; a.3) Termos de Parcelamento e Reparcèlement vigente; a.4) Lei municipal que autorizou o Parcelamento e Reparcèlement; b) Verificar no DIPR se foram pagas parcelas a título de parcelamento c) Comparar as informações levantadas nas etapas acima e verificar se existem parcelamentos e reparcelamentos não cadastrados no Cadprev-web e se os termos de acordo estão sendo cumpridos.	a) Termos de Parcelamentos e Reparcèlement b) Lei Municipal de Parcelamento/Reparcèlement c) Planilha – Modelo elaborado pelo TCM	a) DIPR's b) Unidade Gestora do RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Procedimentos	Informações requeridas	Fontes de informação
2.5	As contribuições do Ente (Patronal) estão contabilizadas?	a) Não está sendo contabilizada a receita referente à contribuição patronal. b) Está sendo incorretamente contabilizada a receita referente à contribuição patronal	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária, classificada na Natureza da Receita 1.2.1.0.29.01.00 – Contribuição Previdenciárias RPPS – Patronal (Na nova Natureza da Receita 1.2.1.0.04.1.1 Res.09/2018/TCM/PA).	a) valor da receita orçamentária referente à arrecadação do Ente (patronal).	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE
2.6	As contribuições repassadas dos servidores estão contabilizadas?	a) Não está sendo contabilizada a receita referente à Contribuição do Servidor. b) Está sendo incorretamente contabilizada a receita referente à contribuição dos servidores.	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária, classificada na Natureza da Receita 1.2.1.0.29.07.00 – Contribuição Previdenciárias RPPS – Servidor (Na nova Natureza da Receita 1.2.1.0.04.2.1 Res.09/2018/TCM/PA).	a) valor da Receita das contribuições repassadas referente aos servidores.	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE
2.7	As contribuições repassadas dos aposentados estão contabilizadas?	a) Não está sendo contabilizada a receita referente à contribuição dos aposentados. b) Está sendo incorretamente contabilizada a receita referente à contribuição dos aposentados.	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária, classificada na Natureza da Receita 1.2.1.0.29.09.00 – Contribuição Previdenciárias RPPS – Servidor Inativo (Na nova Natureza da Receita 1.2.1.0.04.3.1 Res.09/2018/TCM/PA).	a) valor da receita das contribuições repassadas referente aos aposentados.	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE
2.8	As contribuições repassadas dos pensionistas estão contabilizadas?	a) Não está sendo contabilizada a receita referente à contribuição dos pensionistas. b) Está sendo incorretamente contabilizadas a receita referente à contribuição dos pensionistas.	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária, classificada na Natureza da Receita 1.2.1.0.29.11.00 – Contribuição Previdenciárias RPPS – Servidor Pensionista (Na nova Natureza da Receita 1.2.1.0.04.4.1 Res.09/2018/TCM/PA).	a) valor da receita das contribuições repassadas referente aos pensionistas.	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Procedimentos	Informações requeridas	Fontes de informação
2.9	Os termos de parcelamento e o recebimento das parcelas estão contabilizados?	a) Não está sendo contabilizado o termo de parcelamento e os respectivos recebimentos de parcelamentos b) Está sendo incorretamente contabilizado o Termo de Parcelamentos e os respectivos recebimentos do Parcelamento.	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta contábil 1.1.3.6.1.02.01 – Crédito Previdenciário Parcelados – Servidor, Aposentados e Pensionistas e, também, na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 – Crédito Previdenciário Parcelados – Patronal.	a) valor que foi registrado no Ativo Circulante - Crédito Previdenciário Parcelados, tanto no lado do débitos (Assinatura do Termo) quanto no lado dos créditos (Recebimento das Parcelas)	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE
2.10	As contribuições não repassadas pelo Ente – patronal e servidor - estão contabilizadas?	a) Não está sendo contabilizado o direito a receber das Contribuições não repassadas. b) Está sendo incorretamente contabilizado o direito a receber das Contribuições não repassadas.	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta contábil 1.1.3.6.1.01.01 – Contribuições do RPPS a Receber – Servidor, Aposentados e Pensionistas e, também, na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 – Contribuições do RPPS a Receber – Patronal.	a) valor que foi registrado no Ativo Circulante – Créditos a Receber – Contribuições	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – AUDITORIA DO DESEMPENHO DO RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Detalhamento do procedimento	Informações requeridas	Fontes de informação
3.	Os recursos do RPPS estão aplicados de acordo com a Lei nº 3.922/10 e adequadamente contabilizados?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL
3.1	A composição da carteira de investimentos do RPPS obedece à política de investimentos dos RPPS?	a) Composição da carteira em desacordo com a Política Anual de Investimentos. b) Gestor não possui certificação	a) Obter o DPIN e o DAIR junto ao CADPREV b) Solicitar, por meio de notificação, a Política Anual de Investimentos e a ata do órgão superior de deliberação colegiado referente ao exercício em análise. c) Comparar o DPIN com a Política Anual de Investimentos d) Verificar a composição da carteira de investimentos constante no DAIR e) Notificar o gestor do RPPS para que encaminhe sua certificação d) Verificar no site da entidade certificadora a validade da certificação	a) DPIN b) Política de Investimento c) Ata superior de deliberação do colegiado d) DAIR e) Certificação dos Responsáveis pela Gestão de Recursos	a) Ministério da Previdência – CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS c) Lei nº 3.922/10
3.2	Os fundos de investimentos são registrados na CVM?	a) Ausência de registro dos Fundos de Investimentos na CVM. b) Cancelamento do registro do fundo de investimento na CVM.	a) Solicitar, por meio de notificação, a relação da carteira de Fundo de Investimentos com seus respectivos CNPJ b) Verificar se o CNPJ do Fundo de Investimento consta registrado no site da CVM	a) Relação dos CNPJ dos Fundos de Investimentos	a) Sítio da CVM b) Unidade Gestora do RPPS
3.3	A Política Anual de Investimento foi aprovada pelo Órgão Superior de deliberação do Colegiado?	a) A Política Anual de Investimento não foi aprovada por órgão superior de deliberação do colegiado	a) Solicitar, por meio de notificação, a Política Anual de Investimentos e a ata do Órgão Superior de deliberação do Colegiado do exercício. b) Analisar se a Política Anual de Investimentos foi aprovada pelo Órgão Superior	a) Política Anual de Investimentos b) ata do Órgão Superior de deliberação do Colegiado do exercício.	a) Unidade Gestora do RPPS
3.4	O saldo da carteira de investimentos demonstrado no DAIR está de acordo com os extratos bancários?	a) Divergências encontradas nos saldos dos extratos bancários com os valores apresentados no DAIR.	a) Comparar o CNPJ e o nome dos Fundos de Investimentos do DAIR com os apresentados nos extratos bancários. b) Comparar o saldo apresentado nos extratos bancários com o saldo demonstrado no DAIR.	a) DAIR (mês de dezembro) b) extratos bancários (mês de dezembro)	a) Ministério da Previdência – CadPrev b) Unidade Gestora do RPPS c) SPE

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Detalhamento do procedimento	Informações requeridas	Fontes de informação
3.5	O comitê de investimentos está instalado e operante, de modo a contribuir para a adequada gestão da carteira de investimentos, conforme previsto na Portaria MTPS nº 519/2011?	a) Comitê de investimentos não instalado b) Comitê de investimento não operante c) Comitê de investimento atua em situações insatisfatórias. d) Maioria dos membros do Comitê não possuem a certificação	a) Verificar no Portal da Transparência Órgão/Ente as APRs e Atas de Reuniões do Comitê de Investimentos ou no CADPREV na aba DAIR b) Notificar o gestor do RPPS para que encaminhe as APRs e as Atas de Reuniões do Comitê de Investimentos, caso não esteja disponível no Portal da Transparência e no CADPREV c) Notificar o gestor do RPPS para que encaminhe a certificação dos membros do Comitê de Investimento d) Verificar no site da entidade certificadora a validade da certificação	a) APRs e Atas de reuniões com assinatura do Comitê de Investimentos b) Ato Normativo do Ente no qual estabelece a estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimento c) Certificação dos Responsáveis pela Gestão de Recursos	a) Portal da Transparência Órgão/Ente b) Unidade Gestora do RPPS c) Ministério da Previdência – CADPREV
3.6	Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do RPPS estão contabilizados?	a) Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do RPPS não estão contabilizados	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta contábil 1.1.4.0.0.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.	a) valor dos títulos e valores mobiliários que foram registrados no Ativo do Plano de Benefícios.	a) arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – AUDITORIA DO DESEMPENHO DO RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Detalhamento do procedimento	Informações requeridas	Fontes de informação
4.	No caso de déficit atuarial, estão sendo adotadas medidas saneadoras para seu equacionamento e evidenciadas adequadamente na contabilidade?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL
4.1	Estão sendo adotadas medidas saneadoras para equacionamento do déficit atuarial (alíquota suplementar/aportes /segregação de massas)?	a) Não estão sendo adotadas medidas saneadoras para o equacionamento do déficit atuarial	a) Verificar no DRAA, quadro "Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial a Amortizar" se existe déficit atuarial a amortizar no exercício b) Verificar no DRAA a forma de amortização do déficit proposta: b.1) Caso seja por plano de amortização, estará disponível o número da lei no quadro "plano de custeio" – "plano de amortização do déficit atuarial", com a descrição em quadro abaixo da alíquota suplementar ou do aporte b.2) Caso seja por segregação de massa, estará disponível a informação no quadro "composição da massa", constando o número da lei no quadro "segregação de massa" c) Solicitar por meio de notificação a Legislação Municipal referente ao plano de amortização ou da segregação de massa do ente d) Caso a amortização seja feita por alíquota suplementar, verificar se está sendo aplicada o percentual a maior, já apurado no item 2.2 desta matriz (DIPR) e) Caso a amortização seja feita por aportes, verificar se consta registro no quadro 4 do DIPR f) Caso a medida saneadora do déficit seja feita por segregação de massa, verificar se constam registros segregados no DIPR do plano previdenciário e do plano financeiro.	a) déficit atuarial a amortizar b) forma de amortização do déficit atuarial (alíquota suplementar/aportes /segregação de massas) c) Alíquota suplementar, se houver d) Quadro 4, DIPR	a) DRAA b) Lei do plano de amortização ou da segregação de massa c) DIPR
4.2	As medidas saneadoras adotadas para o equacionamento do déficit atuarial foram adequadamente registradas na contabilidade?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Detalhamento do procedimento	Informações requeridas	Fontes de informação
4.2.1	A contribuição para amortização do déficit atuarial (contribuição suplementar e o aporte) está sendo contabilizada?	1- Não está sendo contabilizado a amortização do déficit atuarial (contribuição suplementar e o aporte). 2- Está sendo incorretamente contabilizado a amortização do déficit atuarial (contribuição suplementar e o aporte)	a) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária referente a contribuição suplementar, classificada na Natureza da Receita 1.2.1.0.29.13.00 – Contribuição para Amortização de Déficit Atuarial (Na nova Natureza da Receita 1.2.1.8.01.1.1 Res.09/2018/TCM/PA) b) Verificar no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil enviado por meio do SPE se há registro na conta Receita Orçamentária referente ao aporte periódicos, classificada na Natureza da Receita 1.9.4.0.00.00 – Contribuição para Amortização de Déficit Atuarial (Na nova Natureza da Receita 1.9.9.0.01.1.1 Res.09/2018/TCM/PA).	a) valor da Receita Orçamentária referente Contribuição para a amortização do Déficit atuarial.	a) Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE b) DRAA
4.2.2	As provisões matemáticas previdenciárias do Plano Previdenciário estão contabilizadas?	a) Não estão sendo contabilizadas as provisões matemáticas b) Estão sendo incorretamente contabilizadas as provisões matemáticas.	a) Verificar no DRAA no quadro "valores dos compromissos" as provisões matemática dos benefícios concedidos e as as provisões matemática dos benefícios a conceder b) comparar a informação acima com o registro contábil, no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil, enviado por meio do SPE, a conta contábil 2.2.7.2.1.03.00 e 2.2.7.2.1.04.00.	a) valor que foi registrado no Passivo Circulante a Longo Prazo.	a)Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE b) DRAA
4.2.3	As provisões matemáticas previdenciárias do Plano Financeiro estão contabilizadas?	a) Não estão sendo contabilizadas as provisões matemáticas b) Estão sendo incorretamente contabilizadas as provisões matemáticas.	a) Verificar no DRAA no quadro "valores dos compromissos" as provisões matemática dos benefícios concedidos e as as provisões matemática dos benefícios a conceder b) comparar a informação acima com o registro contábil, no arquivo e-contas/REI e/ou no Demonstrativo Contábil, enviado por meio do SPE, a conta contábil 2.2.7.2.1.01.00 e 2.2.7.2.1.02.00.	a) valor que foi registrado no Passivo Circulante a Longo Prazo.	a)Arquivo e-contas/REI ou Demonstrativo Contábil enviado por meio o SPE b) DRAA

MATRIZ DE PLANEJAMENTO – AUDITORIA DO DESEMPENHO DO RPPS

	Questões de auditoria	Possíveis achados	Detalhamento do procedimento	Informações requeridas	Fontes de informação
5.	O RPPS disponibiliza no portal de transparência informações referentes à gestão de recursos?	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL	QUESTÃO GERAL
5.1	A gestão de investimentos do RPPS é transparente, conforme previsto no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 131/2009 (Portal da Transparência), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) e no art.3º, VIII da Portaria nº 519/2011 ?	a) A gestão de investimentos do RPPS não é transparente	a) Verificar no Portal da Transparência do Órgão/Ente as informações que constam no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 131/2009 (Portal da Transparência), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) e no art.3º, VIII da Portaria nº 519/2011.	a) As informações e os relatórios listados no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 131/2009 (Portal da Transparência), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) e no art.3º, VIII da Portaria nº 519/2011?	a) Portal da Transparência do Órgão/Ente
5.2	A situação financeira e atuarial do RPPS está sendo transparente, conforme previsto no anexo 4 e 10 do RREO, conforme disposto nos artigos art. 53, inciso II e art. 53, § 1º, inciso II da LRF?	a) Situação financeira e atuarial não está sendo transparente.	a) Verificar no RREO, anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, e anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência (apenas no 6º bimestre), se está sendo demonstrada a situação financeira e atuarial do RPPS.	a) RREO anexo 4 e 10.	a) Prestação de Contas realizada ao TCM b) Portal da Transparência do Órgão/Ente.